

## **Aula 06**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

07 de Agosto de 2025

## Índice

1) O que é - Crimes praticados por Funcionário Público contra a adm em geral - Instituto AOCP - Único .....	3
2) Roteiro de Revisão - Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral .....	4
3) Aposto Estratégica - Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral .....	13
4) Questões Estratégicas - Crimes praticados por funcionários públicos contra a adm em geral - AOCP .....	14
5) Questionário de Revisão - Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em gera .....	25
6) Lista de Questões Estratégicas - Crimes praticados por funcionários púb contra a adm em geral - AOCP .....	29
7) Referências Bibliográficas .....	35



## O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **34 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP** para **nível médio e superior** no período de **2022 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança <i>Instituto AACP</i>
Funcionário Público para Fins Penais	5,88%
Peculato	41,18%
Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Docume	<1,00%
Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	<1,00%
Concussão e Excesso de exação	23,53%
Corrupção Passiva	14,71%
Facilitação de Contrabando ou Descaminho	<1,00%
Prevaricação	2,94%
Condescendência Criminosa	2,94%
Advocacia Administrativa	2,94%
Violência Arbitrária	<1,00%
Abandono de Função	<1,00%
Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado	2,94%
Violação de Sigilo Funcional	2,94%
Violação do Sigilo de Proposta de Concorrência	<1,00%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

No âmbito do Direito Penal, os **Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral** estão previstos no Capítulo I do Título XI (Crimes contra a administração pública) do Código Penal, abrangendo os artigos 312 a 327.

A seguir, abordaremos os principais aspectos desses delitos.

### 1 – Funcionário Público para Fins Penais (art. 327)

O artigo 327 do Código Penal define "funcionário público" como "quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública".

A **doutrina dominante** entende que aqueles que exercem **múnus público**, como tutores, curadores dativos e inventariantes judiciais, **não** são considerados funcionários públicos para fins penais. Além disso, indivíduos que desempenham atividades atípicas da administração pública também não se enquadram nessa definição.

O §2º do art. 327 estabelece uma causa de aumento de pena de um terço quando os crimes são praticados por ocupantes de cargos em comissão ou função de direção ou assessoramento.

Contudo, a **doutrina majoritária** e o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** entendem que essa majorante **não** se aplica a agentes de **autarquias**.

Além disso, ainda conforme jurisprudência do STJ, o **estagiário** que atua em **autarquia** é considerado, para fins penais, funcionário público.



➡ "A teor do disposto no art. 327 do Código Penal, considera-se, para fins penais, o **estagiário de autarquia funcionário público**, seja como sujeito ativo ou passivo do crime".

(HC n. 52.989/AC, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ de 1/8/2006, p. 484.)



## Funcionário Público para Fins Penais

### Funcionário público:

Quem exerce cargo, emprego ou função pública.

Inclui atuação transitória ou sem remuneração.

### Doutrina Dominante

Não são considerados funcionários públicos:

Quem exerce múnus público (tutores, curadores dativos, inventariantes judiciais)

Quem exerce atividades **atípicas** da Administração Pública.

### STJ

Estagiários em autarquias: considerados funcionários públicos para fins penais.

### Causa de Aumento de Pena (§2º)

Aumento de 1/3 - para crimes cometidos por ocupantes de:

Cargos em comissão.

Funções de direção ou assessoramento.

Doutrina majoritária e STJ:

Não aplicável a agentes de autarquias.

## 2 – Peculato

O **peculato** é o crime cometido por funcionário público que se apropria ou desvia bens ou valores dos quais tem posse em razão do cargo. As modalidades incluem:

**Peculato-apropriação e Peculato-desvio (art. 312, caput):** **Apropriação ou desvio** de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, pelo funcionário público em razão do cargo.

**Peculato-furto (Peculato impróprio) (art. 312, §1º):** **Subtração** de bem pelo funcionário que não tem a posse, valendo-se da facilidade proporcionada pelo cargo.

**Peculato culposo (art. 312, §2º):** Quando o funcionário concorre **culposamente** para o crime de outrem. Se houver reparação do dano antes da sentença irrecorrível, extingue-se a punibilidade; se posterior, reduz-se a pena pela metade (§3º).

**Peculato mediante erro de outrem (Peculato-estelionato) (art. 313):** Apropriação de dinheiro ou valor recebido indevidamente, em razão do cargo, **por erro de outrem**.

O **peculato de uso**, caracterizado pelo uso temporário de bem público sem intenção de apropriação definitiva, é considerado **atípico**. No caso de **prefeitos municipais**, o Decreto-Lei 201/67, art. 1º, II, prevê especificamente o crime de peculato para aquele que praticar essa conduta.



☞ Para os **prefeitos municipais**, a conduta de **usar temporariamente bem público**, mesmo sem intenção de apropriação definitiva, é **típica** (ou seja, é crime), uma vez que está previsto especificamente no art. 1º, II, do Decreto-Lei 201/67:

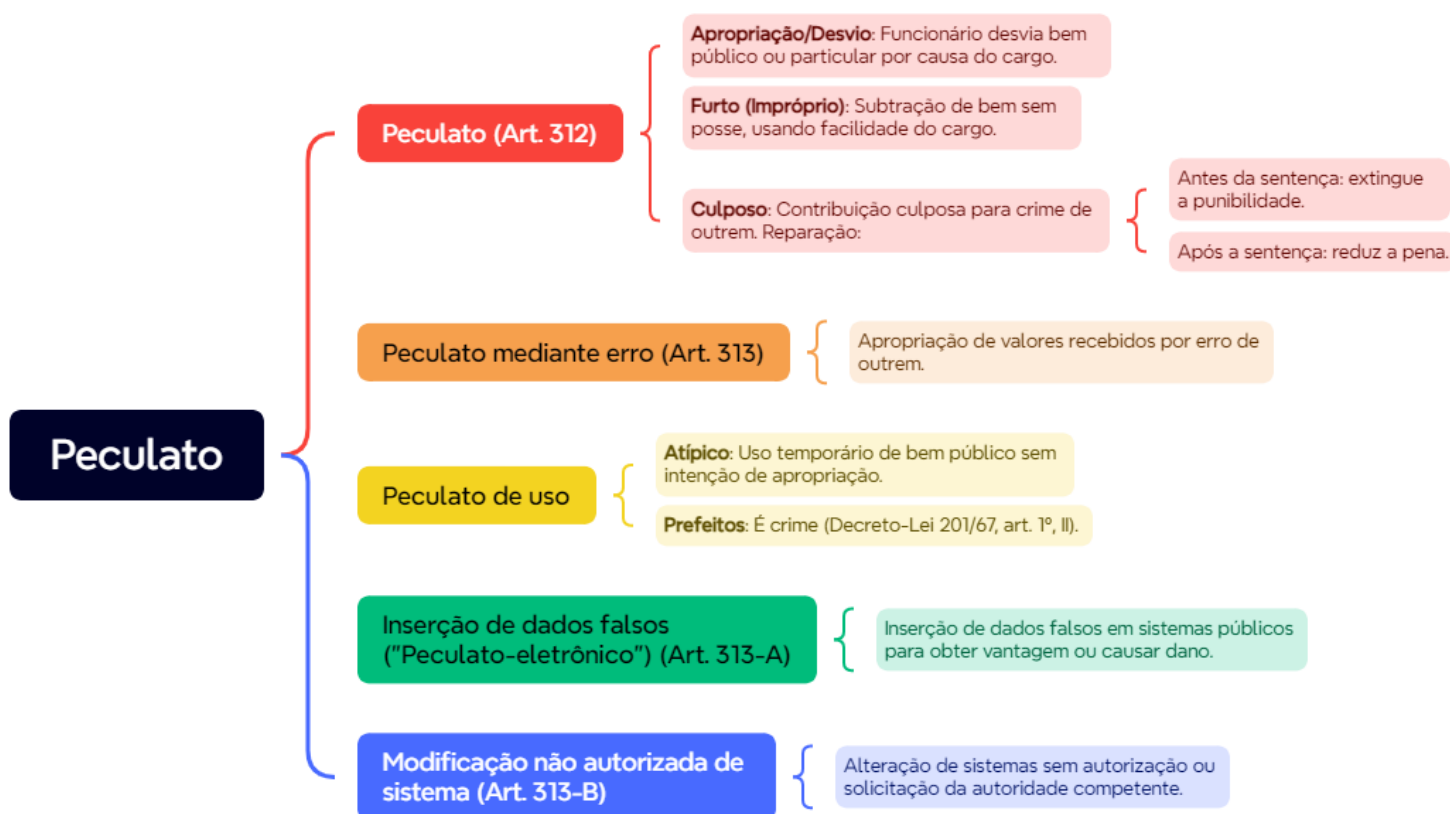
*Art. 1º São crimes de responsabilidade dos **Prefeitos Municipais**, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:*

(...)

*II - **utilizar-se**, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;*

**Inserção de dados falsos em sistema de informações ("Peculato-eletrônico") (art. 313-A):** Inserção ou facilitação de inserção de dados falsos em sistemas informatizados da administração pública, com o fim de obter vantagem indevida ou causar dano.

**Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B):** Modificação ou alteração de sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.



### 3 – Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento (art. 314)

Este crime ocorre quando o funcionário público extravia, sonega ou inutiliza, total ou parcialmente, livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo.

*Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:*

*Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.*

### 4. Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas (art. 315)

Consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. Ressalta-se que, para **prefeitos municipais**, aplica-se o Decreto-Lei 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.

*Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:*

*Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.*

### 5. Concussão (art. 316)

A **concussão** ocorre quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, vantagem indevida, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.

**Excesso de exação (art. 316, §1º):** Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.

**Qualificadora (§2º):** Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos, a pena é aumentada.

#### **Concussão**

*Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:*

*Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.*

#### **Excesso de exação**

*§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:*

*Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.*



*§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:*

*Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

## 6. Corrupção Passiva (art. 317)

A **corrupção passiva** ocorre quando o funcionário público **solicita** ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

**Majorante (§1º):** A pena é aumentada de um terço se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

**Forma Privilegiada (§2º):** Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, a pena é reduzida.

*Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:*

*Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.*

*§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.*

*§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:*

*Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.*

## 7. Facilitação de Contrabando ou Descaminho (art. 318)

O artigo 318 do Código Penal tipifica o crime de **facilitação de contrabando ou descaminho**, que ocorre quando o funcionário público, infringindo seu dever funcional, facilita a prática de contrabando ou descaminho. Esse delito protege a administração pública e a ordem tributária, punindo o agente que, valendo-se de sua posição, contribui para a entrada ou saída ilegal de mercadorias no país.

*Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):*

*Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.*





## 8. Prevaricação (art. 319)

A **prevaricação** é caracterizada quando o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

A distinção entre **prevaricação** e **corrupção passiva privilegiada** (art. 317, §2º) reside no fato de que, na prevaricação, o agente age movido por interesse ou sentimento pessoal, enquanto na corrupção passiva privilegiada, o agente cede a pedido ou influência de outrem, sem vantagem indevida.

**Prevaricação Imprópria (art. 319-A):** Aplica-se a uma **conduta omissiva específica** no âmbito penitenciário, quando o Diretor de Penitenciária ou o agente público responsável permite que presos tenham acesso a dispositivos de comunicação não autorizados.

### **Prevaricação**

*Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:*

*Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.*

### **"Prevaricação imprópria"**

*Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:*

*Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.*

## 9. Condescendência Criminosa (art. 320)

A **condescendência criminosa** ocorre quando o funcionário público deixa de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não leva o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Diferentemente da prevaricação, aqui o agente deixa de agir por indulgência ou complacência, sem necessariamente buscar satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

### **Condescendência criminosa**

*Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:*

*Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.*



## 10. Advocacia Administrativa (art. 321)

A **advocacia administrativa** é caracterizada quando o funcionário público patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

**Qualificadora (parágrafo único):** A pena é aumentada se o interesse patrocinado é **ilegítimo**.

### **Advocacia administrativa**

*Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:*

*Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.*

*Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:*

*Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.*

## 11. Violência Arbitrária (art. 322)

Este crime ocorre quando o funcionário público pratica violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la, sem amparo legal. A conduta visa coibir abusos de autoridade e garantir que o uso da força pelo agente público seja sempre legítimo e proporcional.

### **Violência arbitrária**

*Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:*

*Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.*

## 12. Abandono de Função (Art. 323)

O **abandono de função** é configurado quando o funcionário público abandona o cargo, ou seja, se ausenta intencionalmente e sem justificativa do exercício de suas funções.

### **Qualificadoras:**

**§1º:** Se do fato resulta prejuízo público.

**§2º:** Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira.

### **Abandono de função**



*Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:*

*Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.*

*§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:*

*Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.*

*§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:*

*Pena - detenção, de um a três anos, e multa.*

### 13. Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado (art. 324)

Este delito ocorre quando o funcionário público entra no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais ou a continua exercendo, sem autorização, após saber que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.

#### ***Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado***

*Art. 324 - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:*

*Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.*

### 14. Violação de Sigilo Funcional (art. 325)

A **violação de sigilo funcional** acontece quando o funcionário público revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilita a revelação.

#### **Formas Equiparadas (§1º):**

**I:** Permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

**II:** Se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

**Qualificadora (§2º):** Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem.

#### ***Violação de sigilo funcional***

*Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:*



*Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.*

*§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:*

*I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;*

*II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.*

*§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:*

*Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.*

## 15. Violação do Sigilo de Proposta de Concorrência (art. 326)

O artigo 326, que tipificava a violação do sigilo de proposta de concorrência pública, foi **tacitamente revogado** pelo **artigo 337-J**, introduzido pela **Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a violação de sigilo em licitação.

### ~~Violação do sigilo de proposta de concorrência (Revogado)~~

~~— Art. 326 — Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;~~

~~— Pena — Detenção, de três meses a um ano, e multa.~~



↳ **Súmula 599 do STJ:** O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

O entendimento do STJ é que, nos crimes contra a administração pública, **a conduta do agente afeta não apenas o patrimônio público, mas também a moralidade e a credibilidade da administração pública perante a sociedade**. Isso significa que, mesmo que o dano material causado pelo crime seja de pequena monta, o comportamento criminoso ainda é relevante para fins penais, pois viola a confiança pública e o bom funcionamento do Estado.



## APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.



As bancas examinadoras tentam confundir o candidato em relação aos crimes de **prevaricação** (art. 319) e **condescendência criminosa** (art. 320). Devido a isso, vamos ver as principais diferenças, em formato de tabela:

	Prevaricação (art. 319)	Condescendência criminosa (art. 307)
<b>Motivação (Elemento Subjetivo)</b>	Interesse ou sentimento pessoal.	Indulgência (tolerância ou complacência).
<b>Ação Típica</b>	Retardar, omitir ou praticar ato contra a lei.	Deixar de responsabilizar ou comunicar infração.
<b>Sujeito Ativo</b>	Qualquer funcionário público.  Art. 319-A: apenas Diretor de Penitenciária e/ou agente público encarregado de vedar acesso de telefone ao preso	Funcionário público com relação hierárquica.
<b>Relação Hierárquica</b>	Não necessária.	Exigida.
<b>Pena</b>	Detenção de 3 meses a 1 ano e multa.	Detenção de 15 dias a 1 mês ou multa.

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



## QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)  
Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

- a) A interpretação analógica, método de colmatção do ordenamento jurídico, caso seja desfavorável ao réu, não pode ser admitida no direito penal, em atenção ao princípio da reserva legal.
- b) A nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta já classificada como infração penal é denominada *lex mitior*. Como se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.
- c) Segundo o princípio da representação, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.
- d) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- e) Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior à exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

### Comentários:

**Letra A – incorreta:** A interpretação analógica é aceita no Direito Penal, inclusive em prejuízo do réu, desde que esteja dentro dos limites da legalidade. O que é vedado é a **analogia in malam partem**, e não a interpretação analógica, que é legítima desde que respeite os princípios penais. A afirmação confunde institutos.

**Letra B – incorreta:** A alternativa inverte os conceitos. A **lei penal mais benéfica** é denominada *lex mitior*, enquanto a **mais severa** é chamada *lex gravior*. Sendo mais gravosa, a nova lei só poderá ser aplicada a fatos posteriores, mas a denominação está incorreta.

**Letra C – incorreta:** O que a alternativa descreve não é o princípio da representação, mas sim o **princípio da defesa** (art. 7º, c).



**Letra D – incorreta:** Não há **bis in idem** no reconhecimento simultâneo das qualificadoras de motivo torpe e feminicídio. O entendimento dos tribunais superiores é pacífico nesse sentido.

**Letra E – correta:** O crime de **concussão** (art. 316 do Código Penal) é um **crime formal**, ou seja, consuma-se com a **exigência da vantagem indevida**, independentemente do recebimento. Quando o recebimento ocorre em momento posterior à exigência, trata-se de mero **exaurimento do delito**, o que afasta a possibilidade de flagrante, pois este deve recair sobre a **conduta nuclear do tipo penal**, e não sobre seus efeitos.

*Art. 316: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida."*

**Gabarito:** Letra E

**2. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012)**  
De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, configura o crime de corrupção passiva.

II. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, configura o crime de peculato.

III. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de prevaricação.

IV. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de concussão.

a) Apenas III e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) I, II, III e IV.

**Comentários:**



**Item I – incorreto:** A descrição corresponde ao crime de **peculato**, e não de **corrupção passiva**. O peculato está previsto no **art. 312 do Código Penal**. Corrupção passiva, por sua vez, refere-se à solicitação ou recebimento de vantagem indevida em razão da função (art. 317, CP).

**Item II – incorreto:** A conduta descrita refere-se ao crime de **corrupção passiva**, previsto no **art. 317 do Código Penal**, e não ao crime de peculato. A descrição confunde os tipos penais.

**Item III – correta:** Trata-se de definição exata do crime de **prevaricação**, previsto no **art. 319 do Código Penal**: deixar o funcionário público, indevidamente, de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

*Art. 319, CP: Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.*

**Item IV – correta:** A descrição corresponde perfeitamente ao crime de **concussão**, previsto no **art. 316 do Código Penal**, que consiste em **exigir vantagem indevida** em razão da função pública, ainda que fora dela ou antes de assumi-la.

*Art. 316, caput, CP: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.*

**Gabarito:** Letra A

### 3. (AOCP/Universidade Federal da Fronteira Sul/Técnico de Laboratório - Agronomia/2016)

Josias, funcionário do Tribunal, deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, mesmo tendo competência para responsabilizá-lo e também não levou o fato ao conhecimento de seu superior. Por sua conduta, Josias poderá sofrer eventual ação penal pelo crime de:

- a) exercício funcional ilegal.
- b) peculato.
- c) concussão.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminoso.

#### Comentários:

**Letra A – incorreta:** Não existe, no Código Penal, tipo penal com o nome de **exercício funcional ilegal**. Pode-se fazer alusão ao **exercício funcional irregular** em outros contextos, mas não se aplica ao caso descrito.





**Letra B – incorreta:** O **peculato** (art. 312, CP) exige **apropriação ou desvio** de bem móvel pelo funcionário público, o que não ocorreu na situação narrada. Josias não se apropriou nem desviou valores ou bens públicos.

**Letra C – incorreta:** A **concussão** (art. 316, CP) consiste em **exigir vantagem indevida** em razão da função pública. O enunciado não faz qualquer referência à exigência de vantagem por parte de Josias.

**Letra D – incorreta:** A **prevaricação** (art. 319, CP) ocorre quando o funcionário público **retarda ou deixa de praticar ato de ofício** com a finalidade de **satisfazer interesse ou sentimento pessoal**. No caso apresentado, o motivo é **indulgência em relação a subordinado**, o que não caracteriza essa figura típica.

**Letra E – correta:** A conduta de Josias se enquadra perfeitamente no crime de **condescendência criminosa**, previsto no **art. 320 do Código Penal**, pois ele **deixa de responsabilizar subordinado por indulgência**, apesar de ter o dever funcional de fazê-lo.

*Art. 320, caput, CP: Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.*

**Gabarito:** Letra E

**4. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)**  
Em relação ao delito de peculato, é correto afirmar que:

- a) por ser delito de mão própria, não admite coautoria ou participação para sua prática.
- b) a reparação do dano pelo funcionário público, nas modalidades de peculato-desvio e peculato-apropriação, se preceder ao trânsito em julgado de sentença penal condenatória, extingue a punibilidade do acusado; sendo-lhe posterior, reduz a pena em até 1/3 (um terço).
- c) para o Superior Tribunal de Justiça, peculato-desvio é crime material para cuja consumação se exige que o agente público ou terceiro obtenha vantagem indevida mediante prática criminosa.
- d) embora seja crime próprio, admite-se coautoria e/ou participação com agente que não tenha a qualidade de funcionário público, desde que o agente saiba da condição de funcionário público do autor.
- e) o prefeito de determinada cidade do interior do Rio Grande do Sul desviou, dolosamente, mão de obra pública para efetuar reparos na propriedade de seu amigo. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que o prefeito cometeu crime previsto com o *nomen iuris* "peculato-desvio".

**Comentários:**



**Letra A – incorreta:** O peculato é um **crime próprio**, pois exige a condição de **funcionário público** como sujeito ativo. No entanto, **admite coautoria e participação**, inclusive de pessoas que não sejam funcionárias públicas, desde que conheçam e contribuam com o fato.

**Letra B – incorreta:** A **reparação do dano** no crime de peculato, mesmo que anterior ao trânsito em julgado, **não extingue a punibilidade**, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei (como o arrependimento posterior no art. 16 do CP, que não se aplica aos crimes com violência ou grave ameaça). Em regra, a reparação **pode atenuar a pena**, mas **não a extingue**.

**Letra C – incorreta:** O peculato-desvio (art. 312, parte final, do CP) **é crime formal**, e **não se exige obtenção de vantagem indevida** para sua consumação. Basta o desvio do bem para finalidade diversa da legal, com dolo do agente.

**Letra D – correta:** Embora o peculato seja crime próprio, a doutrina e a jurisprudência admitem a **coautoria e a participação de terceiros não funcionários públicos**, desde que saibam da condição funcional do autor do crime e contribuam para sua prática.

**Letra E – incorreta:** O desvio de mão de obra pública para fins particulares por parte do prefeito **pode configurar peculato-desvio**, conforme o art. 312 do CP. No entanto, a simples descrição do tipo penal não é suficiente para concluir pela correção da alternativa sem analisar se houve desvio de bem móvel. Além disso, o enunciado diz que “pode-se afirmar”, o que torna a assertiva **incompleta e imprecisa**, pois a tipificação depende de mais elementos fáticos.

*Art. 312, caput, CP: Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.*

**Gabarito:** Letra D

**5. (AOCP/Câmara Municipal de Teresina (PI)/Procurador/2021)** Examine as seguintes situações hipotéticas:

1. Mário, investigador de polícia, retardou, indevidamente, medidas investigatórias em um inquérito policial, para ganhar prestígio com o Prefeito Municipal, pois a esposa deste é a principal suspeita da prática do crime investigado;
2. Mévio, fiscal da Prefeitura, exigiu de particular a entrega de dinheiro para não embargar a construção da sua residência;
3. Ana, funcionária pública da Caixa Econômica Federal, em razão de seu cargo, apropriou-se de dólares que tinha recebido para serem trocados em reais.

Conforme o Código Penal, Mário, Mévio e Ana responderão, respectivamente, pelos crimes de:

a) concussão, corrupção passiva e prevaricação.



- b) prevaricação, concussão e peculato.
- c) prevaricação, corrupção passiva e peculato.
- d) corrupção passiva, peculato e concussão.
- e) corrupção ativa, concussão e prevaricação.

#### Comentários:

**Situação 1 – Mário:** Ao **retardar ato de ofício por interesse pessoal** (ganhar prestígio com o prefeito), configura o crime de **prevaricação**, conforme o art. 319 do Código Penal.

**Situação 2 – Mévio:** Ao **exigir vantagem indevida** (dinheiro) em razão de sua função, mesmo sem efetuar o embargo, caracteriza o crime de **concussão**, conforme o art. 316 do Código Penal.

**Situação 3 – Ana:** Funcionária pública que **se apropria de valor recebido em razão do cargo** comete o crime de **peculato**, nos termos do art. 312 do Código Penal.

**Gabarito:** Letra B

**6. (AOCP/Polícia Militar do Estado do Tocantins/Soldado/2018)** No que tange aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de peculato ocorre quando o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia-o, em proveito próprio ou alheio, e a pena correspondente é de reclusão, de dois a dez anos, e multa.
- b) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano é crime que incide em pena de reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
- c) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, é crime com pena de reclusão, de um a cinco anos, se o fato não constituir crime mais grave.
- d) O crime de corrupção passiva ocorre quando um funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem. Possui previsão de pena de detenção, de 2 (dois) a 10 (dez) anos, e multa.



e) O crime de prevaricação ocorre quando um funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou pratica-o contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Possui previsão de pena de reclusão, de três meses a oito meses, e multa.

#### Comentários:

**Letra A – incorreta:** A descrição do crime de **peculato** está correta (art. 312, CP), mas a pena prevista **atualmente é de reclusão de 2 a 12 anos**, e não de 2 a 10 anos, como consta na alternativa.

**Letra B – correta:** A alternativa descreve com exatidão o crime previsto no **art. 313-A do Código Penal**:

*Art. 313-A, CP: Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.  
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.*

**Letra C – incorreta:** O crime de **extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento** está previsto no **art. 314 do CP**, com pena de **reclusão de 1 a 4 anos**, e não até 5 anos, como informado na alternativa.

**Letra D – incorreta:** A descrição da **corrupção passiva** (art. 317, CP) está correta, porém a pena **não é de detenção**, como afirma a alternativa, mas sim de **reclusão, de 2 a 12 anos**, e multa. Há erro na natureza da pena.

**Letra E – incorreta:** A **prevaricação** (art. 319, CP) possui pena de **detenção de 3 meses a 1 ano**, e multa. A alternativa erra ao atribuir **reclusão** e ao limitar a pena a 8 meses.

**Gabarito:** Letra B

**7. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012)**  
De acordo com o Código Penal, a conduta de “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida” caracteriza o tipo de:

- a) Corrupção Passiva.
- b) Prevaricação.
- c) Concussão.
- d) Corrupção Ativa.



e) Tráfico de Influência.

#### Comentários:

**Letra A – incorreta:** A corrupção passiva (art. 317, CP) se configura quando o funcionário público **solicita, recebe ou aceita promessa de vantagem indevida**, e não quando a **exige**. A exigência caracteriza outro tipo penal.

**Letra B – incorreta:** A prevaricação (art. 319, CP) ocorre quando o servidor **retarda, deixa de praticar ou pratica ato de ofício** contra disposição legal **para satisfazer interesse ou sentimento pessoal**. Não se confunde com exigência de vantagem.

**Letra C – correta:** A conduta de **exigir vantagem indevida**, mesmo fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, está tipificada no **art. 316 do Código Penal**, como **concussão**.

*Art. 316, caput, CP: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida."*

**Letra D – incorreta:** A corrupção ativa (art. 333, CP) é praticada pelo particular que **oferece ou promete vantagem indevida** ao funcionário público, não sendo o caso descrito.

**Letra E – incorreta:** O tráfico de influência (art. 332, CP) refere-se a **solicitar, exigir ou obter vantagem ou promessa de vantagem** para influir em ato praticado por funcionário público, o que não é a hipótese narrada.

**Gabarito:** Letra C

**8. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012)** De acordo com o Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele:

- a) pratica o crime de excesso de exação.
- b) pratica o crime de usurpação de função pública.
- c) pratica mera infração administrativa.
- d) estará no estrito cumprimento do dever legal.
- e) pratica desacato.

#### Comentários:



**Letra A – correta:** A descrição corresponde com exatidão ao crime de **excesso de exação**, previsto no **art. 316, §1º do Código Penal**, que é forma qualificada do crime de concussão. Ocorre quando o funcionário exige tributo ou contribuição social **indevida ou de forma ilegal e abusiva**.

Art. 316, §1º, CP: "Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza."

**Letra B – incorreta:** A usurpação de função pública (art. 328, CP) é praticada por **quem exerce, indevidamente, função pública sem ser funcionário**, e não por funcionário que abusa de suas atribuições legais.

**Letra C – incorreta:** Ainda que configure infração administrativa, a conduta descrita também **constitui crime**, o que afasta a exclusividade da infração disciplinar.

**Letra D – incorreta:** O estrito cumprimento do dever legal **não se aplica** quando o funcionário atua com abuso ou ilegalidade na cobrança de tributo.

**Letra E – incorreta:** O desacato (art. 331, CP) é praticado **contra** o funcionário público, e não por ele.

**Gabarito:** Letra A

**9. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022)** Determinado juiz de 1ª instância recebeu R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para absolver um importante empresário do agronegócio local, que estava sendo denunciado pela prática de diversos crimes contra a ordem tributária. Para ocultar a origem ilícita do valor recebido como propina, o magistrado simulou ganhos com a venda de um terreno de sua propriedade, localizado em uma das regiões mais valorizadas da comarca. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que o magistrado deverá responder:

- a) somente pela concussão, pois a lavagem de dinheiro, nesse caso, restaria absorvida pela infração penal antecedente.
- b) somente pela corrupção passiva, pois, de maneira análoga ao que acontece no delito de receptação, a lavagem de dinheiro, para o autor da infração penal antecedente, configura mero exaurimento impunível.
- c) somente pela corrupção passiva, pois, em respeito à vedação à dupla punição pelo mesmo fato, o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da autolavagem.
- d) por concussão e lavagem de dinheiro, sendo que, para que seja condenado por esse último delito, é indispensável que haja condenação pela infração penal antecedente.





e) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pois o agente, já com a posse do proveito do primeiro crime, volta a praticar conduta típica com o objetivo de imprimir aparência de licitude aos recursos obtidos.

#### Comentários:

**Letra A – incorreta:** A lavagem de dinheiro **não é absorvida pela infração penal antecedente**. O STF e o STJ têm entendimento consolidado no sentido de que **autolavagem é punível de forma autônoma**, desde que haja nova conduta voltada à ocultação ou dissimulação da origem ilícita dos bens.

**Letra B – incorreta:** A alegação de que a lavagem de dinheiro é **mero exaurimento da corrupção passiva** foi rejeitada pela jurisprudência. O agente pratica nova conduta típica ao ocultar ou dissimular a origem dos valores obtidos com o crime antecedente.

**Letra C – incorreta:** O ordenamento jurídico **admite a autolavagem** desde que haja atos **autônomos e deliberados de dissimulação ou ocultação**, distintos do recebimento da vantagem ilícita. O STF já reconheceu a possibilidade de **dupla responsabilização**.

**Letra D – incorreta:** Não é necessário que haja condenação na infração antecedente para que se reconheça o crime de **lavagem de dinheiro**. Basta a **existência de indícios da infração antecedente**, nos termos da **Lei nº 9.613/1998** e jurisprudência consolidada.

**Letra E – correta:** A conduta do juiz configura **corrupção passiva** (art. 317, CP), pois recebeu vantagem indevida para absolver réu. Posteriormente, praticou **ato típico de lavagem de dinheiro**, ao **simular negócio jurídico** (venda de terreno) com o objetivo de ocultar a origem ilícita dos valores. O STJ e o STF entendem que se trata de **autolavagem punível de forma autônoma**, por se tratar de nova conduta dolosa.

*Art. 1º, §1º, Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro): "Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal."*

**Gabarito:** Letra E

#### 10. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)

Assinale a alternativa correta.

a) Para o Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção passiva não exige nexo causal entre a oferta ou promessa de vantagem indevida e eventual ato de ofício praticável pelo funcionário público.



b) Para a configuração do delito descrito no art. 229 do Código Penal (Casa de Prostituição), é indispensável que no estabelecimento ocorra a exploração sexual, com intuito de lucro, somada à sua continuidade delitiva.

c) Com a reforma introduzida pela Lei nº 13.964/2019, nominada “Pacote Anticrime”, o Código Penal brasileiro passou a dispor sobre a detração penal a partir do cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, desde que haja correspondência ontológica entre elas e a espécie de pena aplicada.

d) Para o Superior Tribunal de Justiça, admite-se o reconhecimento da extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, tendo como fundamento a pena hipotética.

e) O oferecimento da denúncia, pelo Ministério Público, caracteriza causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.

#### Comentários:

**Letra A – correta:** Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é exigido um nexo causal direto entre a vantagem indevida e um ato de ofício determinado. Basta que a vantagem seja solicitada ou recebida em razão da função pública, ainda que o ato de ofício nunca venha a ser praticado. Ou seja, a solicitação ou aceitação da vantagem já configura o delito de corrupção passiva.

**Letra B – incorreta:** O crime de manter casa de prostituição (art. 229, CP) não exige finalidade lucrativa nem continuidade delitiva. Basta a manutenção do local com o fim de exploração sexual.

**Letra C – incorreta:** A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) realmente alterou o art. 42 do Código Penal, mas não incluiu previsão de detração de medidas cautelares diversas da prisão preventiva. A detração prevista refere-se a recolhimento domiciliar com monitoração eletrônica ou internação (e não a qualquer medida cautelar).

**Letra D – incorreta:** A jurisprudência do STJ e a doutrina majoritária determinam que a prescrição da pretensão punitiva não pode ser reconhecida com base em pena hipotética, e sim sobre a pena concretamente aplicada, conforme o art. 110 do Código Penal.

**Letra E – incorreta:** De acordo com o art. 117, I, do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva é interrompida pelo recebimento da denúncia, e não por seu simples oferecimento.

**Gabarito:** Letra A





## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Explique a diferença entre peculato doloso e peculato culposo, mencionando as consequências jurídicas caso o dano seja reparado antes ou após a sentença irrecorrível.
2. O que caracteriza o crime de inserção de dados falsos em sistemas informatizados e qual é a pena prevista para este delito?
3. Quando a modificação não autorizada de sistema de informações pode ter sua pena aumentada?
4. O que é necessário para configurar o crime de concussão e qual é a pena aplicada?
5. Quais as diferenças entre os crimes de concussão e excesso de exação?
6. Em que consiste o crime de corrupção passiva e quando sua pena será aumentada?
7. Qual a conduta punida no crime de prevaricação e qual é a sua pena?
8. Quando ocorre o crime de advocacia administrativa e como ele se agrava?
9. Explique o crime de abandono de função e mencione suas qualificadoras.
10. Em que consiste o crime de violação de sigilo funcional e qual a consequência se resultar dano à Administração Pública?
11. Como a jurisprudência interpreta a aplicação do art. 327, §1º, que equipara prestadores de serviço público a funcionários públicos para fins penais?



12. O que caracteriza o crime de facilitação de contrabando ou descaminho e qual a pena prevista?
13. Quais os elementos objetivos e subjetivos no crime de condescendência criminosa?
14. O que diferencia peculato mediante erro de outrem do peculato doloso?
15. Em que hipótese as penas previstas no art. 325 para violação de sigilo funcional podem ser aplicadas?

## Perguntas com respostas

1. Explique a diferença entre peculato doloso e peculato culposo, mencionando as consequências jurídicas caso o dano seja reparado antes ou após a sentença irrecorrível.

**Resposta:** Peculato doloso ocorre quando o funcionário público apropria-se ou desvia dolosamente dinheiro ou bem móvel que tem posse em razão do cargo (art. 312, caput). Já o peculato culposo ocorre quando o funcionário público contribui culposamente para que outro cometa o crime (art. 312, §2º). Se o dano é reparado antes da sentença irrecorrível no peculato culposo, extingue-se a punibilidade (§3º). Caso seja reparado após a sentença, a pena será reduzida pela metade.

2. O que caracteriza o crime de inserção de dados falsos em sistemas informatizados e qual é a pena prevista para este delito?

**Resposta:** O crime consiste em o funcionário autorizado inserir, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados da Administração Pública para obter vantagem indevida ou causar dano (art. 313-A). A pena é reclusão de 2 a 12 anos e multa.

3. Quando a modificação não autorizada de sistema de informações pode ter sua pena aumentada?

**Resposta:** A pena do art. 313-B será aumentada de um terço até a metade se da modificação ou alteração resultar dano para a Administração Pública ou para o administrado.

4. O que é necessário para configurar o crime de concussão?

**Resposta:** O crime de concussão ocorre quando o funcionário público exige vantagem indevida para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão do cargo (art. 316). A pena é reclusão de 2 a 12 anos e multa.

5. Quais as diferenças entre os crimes de concussão e excesso de exação?

**Resposta:** Na concussão (art. 316), o funcionário exige vantagem indevida, enquanto no excesso de exação (art. 316, §1º), o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ser indevido, ou utiliza meios vexatórios na cobrança de tributo devido.

6. Em que consiste o crime de corrupção passiva e quando sua pena será aumentada?

**Resposta:** O crime ocorre quando o funcionário público solicita, recebe ou aceita promessa de vantagem indevida em razão do cargo (art. 317). A pena será aumentada em um terço se o funcionário retarda, deixa de praticar ou pratica ato infringindo dever funcional como consequência da vantagem ou promessa (§1º).



**7. Qual a conduta punida no crime de prevaricação?**

**Resposta:** O crime ocorre quando o funcionário público retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal (art. 319). A pena é detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

**8. Quando ocorre o crime de advocacia administrativa e como ele se agrava?**

**Resposta:** O crime ocorre quando o funcionário público patrocina interesse privado perante a Administração Pública valendo-se do cargo (art. 321). Agrava-se se o interesse for ilegítimo, elevando a pena para detenção de 3 meses a 1 ano e multa.

**9. Explique o crime de abandono de função e mencione suas qualificadoras.**

**Resposta:** O crime de abandono de função ocorre quando o servidor público abandona seu cargo sem autorização legal (art. 323). A pena será aumentada se resultar prejuízo público (§1º) ou se ocorrer em faixa de fronteira (§2º).

**10. Em que consiste o crime de violação de sigilo funcional e qual a consequência se resultar dano à Administração Pública?**

**Resposta:** Consiste em revelar fato sigiloso de que tem ciência em razão do cargo ou facilitar a revelação (art. 325). Se resultar dano à Administração Pública, a pena será reclusão de 2 a 6 anos e multa (§2º).

**11. Como a jurisprudência interpreta a aplicação do art. 327, §1º, que equipara prestadores de serviço público a funcionários públicos para fins penais?**

**Resposta:** A jurisprudência entende que empregados de empresas contratadas ou conveniadas que executam atividade típica da Administração Pública são considerados funcionários públicos para fins penais.

**12. O que caracteriza o crime de facilitação de contrabando ou descaminho?**

**Resposta:** O crime ocorre quando o funcionário público facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 318). A pena é reclusão de 3 a 8 anos e multa.

**13. Quais os elementos objetivos e subjetivos no crime de condescendência criminosa?**

**Resposta:** O elemento objetivo é o funcionário deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração ou não comunicar à autoridade competente. O elemento subjetivo é a indulgência (art. 320).

**14. O que diferencia peculato mediante erro de outrem do peculato doloso?**

**Resposta:** No peculato mediante erro de outrem (art. 313), o funcionário apropria-se de dinheiro ou utilidade recebida por erro de terceiro. No peculato doloso (art. 312), há apropriação ou desvio com dolo direto em razão do cargo.



15. Em que hipótese as penas previstas no art. 325 para violação de sigilo funcional podem ser aplicadas?

**Resposta:** As penas são aplicadas tanto para a revelação indevida de fato sigiloso quanto para a facilitação da revelação por fornecimento ou empréstimo de senha para acesso não autorizado (§1º).

...

Ficamos por aqui!

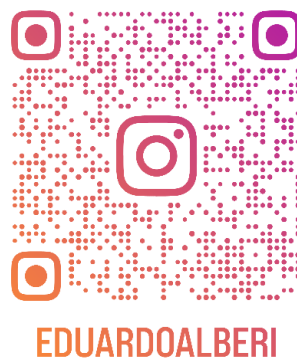
Grande abraço e bons estudos!

“Ninguém vai bater tão forte como a vida, mas a questão não é o quão forte você consegue bater. É o quão forte você consegue apanhar e continuar seguindo em frente.”

Rocky Balboa

**Prof. Eduardo Alberi**

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

a) A interpretação analógica, método de colmatação do ordenamento jurídico, caso seja desfavorável ao réu, não pode ser admitida no direito penal, em atenção ao princípio da reserva legal.

b) A nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta já classificada como infração penal é denominada *lex mitior*. Como se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.

c) Segundo o princípio da representação, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.

d) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

e) Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior à exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

**2. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012)**  
De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, configura o crime de corrupção passiva.

II. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, configura o crime de peculato.

III. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de prevaricação.

IV. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de concussão.

a) Apenas III e IV.

b) Apenas I e III.



- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) I, II, III e IV.

**3. (AOCP/Universidade Federal da Fronteira Sul/Técnico de Laboratório - Agronomia/2016)** Josias, funcionário do Tribunal, deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, mesmo tendo competência para responsabilizá-lo e também não levou o fato ao conhecimento de seu superior. Por sua conduta, Josias poderá sofrer eventual ação penal pelo crime de:

- a) exercício funcional ilegal.
- b) peculato.
- c) concussão.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminosa.

**4. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)** Em relação ao delito de peculato, é correto afirmar que:

- a) por ser delito de mão própria, não admite coautoria ou participação para sua prática.
- b) a reparação do dano pelo funcionário público, nas modalidades de peculato-desvio e peculato-apropriação, se preceder ao trânsito em julgado de sentença penal condenatória, extingue a punibilidade do acusado; sendo-lhe posterior, reduz a pena em até 1/3 (um terço).
- c) para o Superior Tribunal de Justiça, peculato-desvio é crime material para cuja consumação se exige que o agente público ou terceiro obtenha vantagem indevida mediante prática criminosa.
- d) embora seja crime próprio, admite-se coautoria e/ou participação com agente que não tenha a qualidade de funcionário público, desde que o agente saiba da condição de funcionário público do autor.
- e) o prefeito de determinada cidade do interior do Rio Grande do Sul desviou, dolosamente, mão de obra pública para efetuar reparos na propriedade de seu amigo. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que o prefeito cometeu crime previsto com o *nomen iuris* "peculato-desvio".

**5. (AOCP/Câmara Municipal de Teresina (PI)/Procurador/2021)** Examine as seguintes situações hipotéticas:



1. Mário, investigador de polícia, retardou, indevidamente, medidas investigatórias em um inquérito policial, para ganhar prestígio com o Prefeito Municipal, pois a esposa deste é a principal suspeita da prática do crime investigado;
2. Mévio, fiscal da Prefeitura, exigiu de particular a entrega de dinheiro para não embargar a construção da sua residência;
3. Ana, funcionária pública da Caixa Econômica Federal, em razão de seu cargo, apropriou-se de dólares que tinha recebido para serem trocados em reais.

Conforme o Código Penal, Mário, Mévio e Ana responderão, respectivamente, pelos crimes de:

- a) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- b) prevaricação, concussão e peculato.
- c) prevaricação, corrupção passiva e peculato.
- d) corrupção passiva, peculato e concussão.
- e) corrupção ativa, concussão e prevaricação.

**6. (AOCP/Polícia Militar do Estado do Tocantins/Soldado/2018)** No que tange aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de peculato ocorre quando o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia-o, em proveito próprio ou alheio, e a pena correspondente é de reclusão, de dois a dez anos, e multa.
- b) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano é crime que incide em pena de reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
- c) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, é crime com pena de reclusão, de um a cinco anos, se o fato não constituir crime mais grave.
- d) O crime de corrupção passiva ocorre quando um funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem. Possui previsão de pena de detenção, de 2 (dois) a 10 (dez) anos, e multa.
- e) O crime de prevaricação ocorre quando um funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou pratica-o contra disposição expressa de lei, para satisfazer





interesse ou sentimento pessoal. Possui previsão de pena de reclusão, de três meses a oito meses, e multa.

**7. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012)**

De acordo com o Código Penal, a conduta de "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida" caracteriza o tipo de:

- a) Corrupção Passiva.
- b) Prevaricação.
- c) Concussão.
- d) Corrupção Ativa.
- e) Tráfico de Influência.

**8. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012)**

De acordo com o Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele:

- a) pratica o crime de excesso de exação.
- b) pratica o crime de usurpação de função pública.
- c) pratica mera infração administrativa.
- d) estará no estrito cumprimento do dever legal.
- e) pratica desacato.

**9. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022)**

Determinado juiz de 1ª instância recebeu R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para absolver um importante empresário do agronegócio local, que estava sendo denunciado pela prática de diversos crimes contra a ordem tributária. Para ocultar a origem ilícita do valor recebido como propina, o magistrado simulou ganhos com a venda de um terreno de sua propriedade, localizado em uma das regiões mais valorizadas da comarca. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que o magistrado deverá responder:

- a) somente pela concussão, pois a lavagem de dinheiro, nesse caso, restaria absorvida pela infração penal antecedente.





- b) somente pela corrupção passiva, pois, de maneira análoga ao que acontece no delito de receptação, a lavagem de dinheiro, para o autor da infração penal antecedente, configura mero exaurimento impunível.
- c) somente pela corrupção passiva, pois, em respeito à vedação à dupla punição pelo mesmo fato, o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da autolavagem.
- d) por concussão e lavagem de dinheiro, sendo que, para que seja condenado por esse último delito, é indispensável que haja condenação pela infração penal antecedente.
- e) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pois o agente, já com a posse do proveito do primeiro crime, volta a praticar conduta típica com o objetivo de imprimir aparência de licitude aos recursos obtidos.

#### 10. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)

Assinale a alternativa correta.

- a) Para o Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção passiva não exige nexo causal entre a oferta ou promessa de vantagem indevida e eventual ato de ofício praticável pelo funcionário público.
- b) Para a configuração do delito descrito no art. 229 do Código Penal (Casa de Prostituição), é indispensável que no estabelecimento ocorra a exploração sexual, com intuito de lucro, somada à sua continuidade delitiva.
- c) Com a reforma introduzida pela Lei nº 13.964/2019, nominada "Pacote Anticrime", o Código Penal brasileiro passou a dispor sobre a detração penal a partir do cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, desde que haja correspondência ontológica entre elas e a espécie de pena aplicada.
- d) Para o Superior Tribunal de Justiça, admite-se o reconhecimento da extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, tendo como fundamento a pena hipotética.
- e) O oferecimento da denúncia, pelo Ministério Público, caracteriza causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.



## GABARITO

GABARITO



1. Letra E	2. Letra A	3. Letra E	4. Letra D	5. Letra B
6. Letra B	7. Letra C	8. Letra A	9. Letra E	10. Letra A



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**MASSON, Cleber.** Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.